



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ



Comitê Interinstitucional de enfrentamento ao covid-19 no sistema carcerário

Ata de Reunião

Reunião on-line

Data: 26 de janeiro de 2021.

Início: 14h00min.

Término: 15h12min.

Participantes

<p>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Des. Ruy Muggiati - Supervisor do GMF Dr. Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior - Corregedoria dos Presídios de Curitiba Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF Adriana Accioly - Assessoria do GMF</p> <p>CNJ/PNUD - Fazendo Justiça Dra. Juliana Marques Resende</p> <p>Ministério Público do Estado do Paraná Dr. Claudio Esteves</p> <p>Defensoria Pública do Paraná Dr. André Giamberardino</p> <p>Assembleia Legislativa Deputado Tadeu Veneri Dra. Thais Giselle Diniz Santos</p>	<p>Secretaria de Estado da Segurança Pública Cel. Rômulo Marinho - SESP Dr. Silvanei de Almeida Gomes - SESP Dr. Francisco Santos - CMP Dr. Francisco Caricatti - DEPEN</p> <p>OAB/PR Dr. Aldenir Selbmann - OAB Irati/PR Dr. Alexandre Salomão - OAB Curitiba</p> <p>Governo do Estado ---</p> <p>Feccompar Maria Helena Orreda</p> <p>Coped/Sejuf Dra. Waleiska Fernandes</p> <p>Secretaria de Saúde Elaine</p>
---	---

Assuntos da Pauta

1. Atualizações da Secretaria de Segurança Pública
2. Situação da Cadeia Pública de Irati;
3. Situação do presídio PF II de Foz do Iguaçu;
4. Assuntos gerais.

Desenvolvimento da reunião

O Desembargador Ruy Muggiati iniciou a reunião e em seguida passou a palavra ao Cel. Rômulo Marinho, Secretário de Segurança, para suas manifestações, reforçando que a pauta está relacionada às questões de crise na cadeia de Irati e nos presídios Foz do Iguaçu, conforme havia-se deliberado na reunião do dia 19 de janeiro de 2021.

Cel. Marinho trouxe esclarecimentos sobre a situação daquelas unidades, que receberam visitas do Dr. Francisco Santos do do Dr. Silvanei. As unidades passaram pelo regime de quarentena e todos os presos de Irati foram testados. A respeito do interno que faleceu dentro da unidade de Irati, aguarda-se o laudo final do IML, que será divulgado em 29/01/2021. Informou ainda que em Foz do Iguaçu são 69 pessoas presas contaminadas, porém em boas condições de saúde e em isolamento com acompanhamento; sobre o Complexo Médico Penal

(CMP), a respeito dos presos cadeirantes e a divulgação da situação por vídeos, informou que houve um planejamento de fuga por três presos, que entraram no local e empreenderam uma fuga; houve alteração das equipes da unidade e a abertura de inquérito para averiguar a situação e implementar mudanças, seguindo orientações das autoridades constituídas;

A Dra. Maria Helena Orreda teceu seus agradecimentos à presença do Dr. Francisco na cidade de Irati e justificou sua ausência naquela visita, por não ter sido avisada com antecedência; agradeceu a realização dos testes na totalidade dos presos da carceragem, identificando o aumento do número de casos, como trazido pelo Cel. Marinho. Pontuou que o Conselho da Comunidade está acompanhando com o Depen e a Vigilância epidemiológica, juntamente com o médico da cidade, a situação na unidade. Trouxe como dúvida ao Dr. Francisco Santos: se os casos que deram positivos em Irati (97) e 12 negativos, se esses 12 negativos podem ficar juntos aos demais ou devem estar em ambientes separados, qual seria o procedimento correto para lidar com essa situação?

Dr. Francisco Santos respondeu ao questionamento de Maria Helena que existem duas soluções possíveis com o mesmo resultado, sendo que podem ser separados dos demais, desde que isolados ou completarem a quarentena juntos. Mas epidemiologicamente não seria mais correta essa permanência, mas o resultado seria o mesmo, terminarem a quarentena com os demais detentos. Acompanhou o caso de 06 presos com sintomas e comorbidades, sendo que um foi para UPA, recebeu medicação e voltou para a unidade. Trouxe a possibilidade de testagem desses 12 para verificar o comportamento por terem ficado com os demais contaminados. Pontuou sobre a necessidade de estender por mais tempo o isolamento da unidade de Irati, algo que precisa verificar com a equipe de saúde.

Dra. Maria Helena aventou a possibilidade de os 12 presos ou já terem tido covid ou apresentarem resultados falso negativo, ou ainda terem se contaminado, pois são oriundos de outra unidade. Seu questionamento é importante para servir de orientação aos demais Conselhos da comunidade e quem busca orientações junto aos Conselhos. Questiona se poderia haver uma recontaminação dos presos que já tiveram covid-19?;

Dr. Francisco Santos respondeu que tanto os 12 presos com resultado negativo quanto os demais que foram positivos, devem ser monitorados de forma igual; o ideal seria o isolamento dos 12, mas se não possível, uma nova testagem é recomendável; ressaltou que mesmo os vacinados, precisam ter os mesmos cuidados, pois podem ser agentes de transmissão da mesma forma; esclareceu sobre a eficácia da vacina coronovac, aqueles números já apresentados pelo Instituto Butantan; pontuou que a causa mortis do preso que faleceu na unidade, por protocolo, o registro é feito como covid-19;

Dr. Cláudio Esteves solicitou ao Cel Marinho o envio dos documentos sobre as providências tomadas em relação ao CMP, para apreciação do GAESP (MP), de forma a poder auxiliar na apuração dos fatos promovida pela SESP;

Cel Marinho se prontificou a enviar os documentos na forma solicitada por Dr. Claudio Esteves;

Dra. Waleiska questionou se houve solução para aqueles presos cadeirantes do CMP, sendo afirmado pelo Cel. Marinho que a situação já foi resolvida;

Dr. Francisco Santos complementou sobre a questão do CMP, informando que aqueles cadeirantes recebem atendimento médico e cuidados da equipe de saúde, diariamente, recebendo cuidados necessários; que os cadeirantes serão monitorados em suas situações e escaras, inclusive com uso de fotos para acompanhar o tratamento; relatou que um dos presos que apareceu no vídeo já foi solto e outro será solto em breve; fez questão de trazer pontos positivos no sistema, a exemplo de um parto realizado com sucesso, de uma mulher presa;

Dra. André Giamberardino informou que a Defensoria vem acompanhando a situação do CMP e elogiou o trabalho dos profissionais da saúde; ressaltou que o público do CMP é muito distinto, desde cadeirantes a mulheres gestantes, porém, é preocupante a situação dos presos que cumprem medidas de segurança, em termos de saúde, direitos humanos, legalidade, pois esses paciente, entre 200 e 300, que são submetidos ao tratamento penal como os demais,

inclusive levando faltas (o que não existe juridicamente), acarretando em muitos problemas; sugeriu uma comissão ou grupo de trabalho para tratar do assunto, podendo ser encabeçado pelo GMF; pontuou sobre a situação de interdição decretada pelo CRM ao CMP, que se daria no prazo de dois meses, o que acarretaria que essas pessoas em medida de segurança não poderão ficar no CMP, inclusive por vedação legal; afirmou que a questão da saúde mental deve ser tratada em sua especificidade, bem como as com necessidades especiais, respeitando-se os dispositivos legais e técnicas de cuidado específicas para essas situações; reforçou que a retirada dessas pessoas e o encaminhamento para o Hospital Psiquiátrico e para tratamento adequado seria bom para todos, inclusive para o CMP;

Dr. Francisco ratificou que o público do CMP é realmente eclético, com várias situações que acarretam a dificuldade de gerir essa diversidade em termos de saúde; sobre a questão do CRM afirmou estar em negociação com aquele órgão, objetivando o debate dos problemas da unidade; que a interdição é catastrófica, mas precisa-se pensar para onde se encaminhar os presos, mas a situação precisa ser estudada;

Dra. Thais retificou a proposta de Dr. André sobre a criação de um Grupo de Trabalho para tratar das questões do CMP, vez que a demanda de solicitações sobre a Alesp é grande;

Dra. Juliana pontuou que poderá contribuir com as questões sobre saúde mental; trouxe a informação que levantamentos do CNJ apontam ausência de um programa específico de desinstitucionalização das pessoas com problema mental em conflito com a lei, mas o Brasil tem 17 estados com programas, sendo que acompanhou a implantação no Mato Grosso do Sul, o qual foi uma iniciativa do MP com a Defensoria Pública, apresentando bons resultados; sugeriu a criação do GT para discutir as medidas de segurança especificamente, como encaminhamento; sugeriu ainda, como pauta para próxima reunião, a discussão sobre as perspectivas de inserção das pessoas privadas de liberdade no plano de vacinação contra covid-19;

Des. Ruy Muggiati solicitou o registro, como encaminhamento e pauta para a próxima reunião, a formação do GT proposto acima e as questões sobre vacinação das pessoas privadas de liberdade, bem como a inclusão do tema sobre as visitas de familiares;

Dra. Maria Helena ratificou o ponto trazido sobre o plano de vacinação das pessoas presas, pois é um ponto fundamental para o diálogo, fundamental a ser discutido nesse comitê; solicitou a inclusão da Feccompar no Grupo de Trabalho que discutirá a situação do CMP e as questões de saúde mental;

Dr. Alexandre Salomão questionou se serão retomadas as visitas dos familiares aos internos ou se será aguardado, solicitando a inclusão deste tema, uma vez que existe uma demanda grande dos familiares junto à OAB;

Dr. Claudio Esteves informou que o MP possui interesse em participar do Grupo de Trabalho proposto pelos demais integrantes; sobre a vacinação, acrescentou que recebeu a informações do SINDARSPEN sobre a inclusão dos servidores no plano de vacinação. Solicitou a inclusão em pauta, juntamente com os demais itens propostos para a próxima reunião;

Cel. Marinho informou que o CMP possui 270 pessoas em cumprimento de medidas de segurança e que os demais estão em cumprimento de pena, que aguardam a inauguração de outras unidades a serem construídas e que tem empreendido ações para resolver as questões estruturais do CMP, inclusive para atender os pedidos do CRM; sobre a questão de programas de saúde mental, respondeu à pontuação da Dra. Juliana sobre a inexistência de programas, informando que existe o programa de saúde mental, que atende os agentes de segurança e policiais, com equipe formada e formação pela Espen de profissionais para trabalhar nessa área; apontou ainda que 70% dos presos de São Paulo estão com covid-19, que teria como motivo as visitas de familiares e a entrega de sacolas, demonstrando que a forma como se dá no Paraná tem dado bons resultados;

Dr. Francisco Caricatti trouxe um panorama sobre o CMP, que é uma unidade que abriga uma infinidade de tipos penais, como mulheres grávidas, presos políticos; ainda, está dividido entre

área de prisão e área médica, porém não se trata apenas de atendimento médico; ressaltou que o que se chama de hospital não possui infraestrutura de hospital; que vários presos em medida de segurança já deveriam estar soltos, mas permanecem por não terem lugar para irem; e que não obtiveram uma solução certa pela SESA a respeito dos encaminhamentos dos presos que precisam de tratamento de saúde;

Dra. Thais solicitou ao Cel. Marinho a resposta ao pedido da Comissão de Direitos Humanos da Alesp sobre a reunião a ser realizada com a SESP e familiares, para dialogarem sobre o retorno das visitas e o planejamento do protocolo de vacinação; reforçou o pedido de agendamento da reunião;

Dra. Waleiska ratificou o pedido da Dra. Thais sobre a questão das visitas, como medida de informar os familiares, vez que existe uma demanda grande, objetivando informar às famílias sobre os planejamentos realizados;

Cel. Marinho ressaltou que existem os decretos estaduais e municipais que restringem a aglomeração, os quais impactam em ações referentes à visitação, sendo possível que esses decretos tenham vigência até passado o carnaval; acredita que uma reunião será possível após o retorno das aulas, que está previsto para dia 18 de fevereiro e se forem interrompidas, precisa ser reavaliada a situação sobre a visitação; assim, esses decretos são norteadores das ações no sistema prisional;

Dr. Alexandre Salomão pontuou que a discussão servirá para informar às famílias, para que compreendam que as ações buscam eficácia em relação a prevenção do contágio, sendo importante apresentar esse planejamento aos familiares;

Deputado Tadeu Veneri comentou que os familiares solicitam informações e com a sinalização para o retorno das aulas seria um sinalizador para outras ações, como a visitação. Caso as aulas voltarem, poderá ser discutida a questão das visitas, podendo-se estabelecer um cronograma, observando os cuidados necessários;

Des. Ruy Muggiati encerrou a reunião, **agendando a próxima para o dia 02 de fevereiro de 2021, às 14h00min.**

Deliberou-se como encaminhamentos:

1 - Pauta para a reunião do dia 02 de fevereiro de 2021:

a) vacinação contra o covid-19 no sistema:

- i) vacinação das pessoas privadas de liberdade
- ii) vacinação dos servidores do sistema
- iii) planejamento do retorno das visitas dos familiares em decorrência da vacinação ou do retorno às aulas no sistema de educação;

b) Situação do Complexo Médico Penal

- i) Criação de Grupo de Trabalho para tratar de ações voltadas à saúde mental e a situação do CMP;

c) Comunicações:

- i) atualizações sobre as unidades que apresentaram surte do Covid-19: Irati e Foz do Iguaçu

d) Assuntos gerais

